



1  
2  
3 **MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**  
4 **CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO**  
5  
6  
7  
8  
9  
10

11  
12 **III Reunião do Conselho Nacional de Imigração - CNIg**  
13  
14  
15  
16  
17

18  
19 **Ata da ordem do dia 08 de abril de 2014**  
20  
21

22 **Brasília – DF**  
23  
24  
25

26 **MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**

27

28 **Ata da III Reunião do Conselho Nacional de Imigração - CNIg**

29 **Data:** 08/04/2014

30 **Local:** Sala 433 – Edifício Sede MTE

31

32 Aos oito dias do mês de abril de dois mil e quatorze teve início a III Reunião do Conselho Nacional  
33 de Imigração – CNIg, sob a Coordenação do Sr. Paulo Sérgio de Almeida, Presidente do Conselho  
34 Nacional de Imigração, titular MTE. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na  
35 Titularidade: Membros Titulares e Suplentes do CNIg: Sr. Paulo Sérgio de Almeida, do Ministério  
36 do Trabalho e Emprego (**MTE**); Embaixador Rodrigo do Amaral Souza e Bernardo Paranhos  
37 Velloso, do Ministério das Relações Exteriores (**MRE**); Sr. João Guilherme Lima Granja Xavier da  
38 Silva, do Ministério da Justiça (**MJ**); Sra. Jane Alcanfor de Pinho; do Ministério do  
39 Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (**MDIC**); Sra. Eliane Kowalski representando a  
40 Sra. Lidia Miranda de Lima, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (**MCTI**); Sra. Maria  
41 Auriana Pinto Diniz, do Ministério da Educação (**MEC**); Sr. Rafael Vieira Bomfim, representando  
42 o Ministério do Turismo (**MTur**); Sr. Odilon dos Santos Braga, da Central dos Trabalhadores e  
43 Trabalhadoras do Brasil (**CTB**); Sr. Valdir Vicente de Barros, da União Geral dos Trabalhadores  
44 (**UGT**); Sr. Elias Ferreira, da Força Sindical (**FS**); Sra. Clair Siobhan Ruppert, da Central Única dos  
45 Trabalhadores (**CUT**); Sr. Jose Ribamar Dantas, da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil e  
46 Déborah Cheyne Prates (**CGTB**); Sra. Marjolaine Bernadete Julliard Tavares do Canto, da  
47 Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (**CNC**); Sra. Regiane Ataíde  
48 Costa, da Confederação Nacional da Indústria (**CNI**); Sr. Mario Veiga, representando a Sra.  
49 Adriana Giuntini, da Confederação Nacional do Transporte (**CNT**); Sra. Marilena Moraes Barbosa  
50 Funari, da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (**CNF**); dos observadores: Sr. Duval  
51 Magalhães Fernandes, da Comissão Nacional para População e Desenvolvimento (**CNPD**); Sra.  
52 Maria Angélica Iguaracema Rodrigues da Costa, da Secretaria de Políticas para as Mulheres  
53 (**SPM**); Sra. Ir. Rosita Milesi, do Instituto Migrações e Direitos Humanos (**IMDH**); Sr. Jorge  
54 Peraza, da Organização Internacional para as Migrações (**OIM**); Sr. Eduardo Basso, da Secretaria  
55 de Políticas de Previdência Social (**SPPS/MPS**), Sr. João Alves Souza Junior da Secretaria dos  
56 Direitos Humanos da Presidência da República (**SDH/PR**), Sra. Jessica Naime representando a  
57 Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (**SEPPIR**), Sr. Felipe Dezorzi Borges da  
58 Defensoria Pública União; Sra. Nereida de Lima Del Águila, da Advocacia Geral da União; Sra.

59 Ieda Maria Silveira Fleury Nogueira, da Agência Brasileira de Inteligência (**ABIN**); dos servidores  
60 da Coordenação de Apoio ao Conselho Nacional de Imigração: Sr. Luiz Alberto Matos dos Santos;  
61 Sr. Aldo Candido Costa Filho; Sra. Alessandra Teixeira de Araújo; Sra. Ana Paula Santos da Silva;  
62 e Sr. Cristiano Basilio e dos convidados: Sr. Thiago Souza Lima, da Defensoria Pública da União  
63 (**DPU**); Sra. Manuela Abreu Corradi, Consultora da UNESCO; Sr. Leonardo Grilo de Almeida,  
64 Coordenador da SDH/PR; Tania Tonhate, da Universidade de Brasília (UNB); Sr. Paulo Illes, da  
65 Prefeitura de São Paulo/SP; Sra. Sara de Sousa Coutinho, do Ministério da Justiça (**MJ**); Sra. Jana  
66 de Macedo, do Ministério da Justiça (**MJ**); Sra. Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes, do Ministério  
67 Público do Trabalho; Sra. Aline Thomé Arruda, da Universidade de Brasília (UNB). justificada a  
68 ausência dos Conselheiros: Sr. Rinaldo Gonçalves de Almeida, do Ministério do Trabalho e  
69 Emprego (**MTE**); Sr. Osório Vilela Filho, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
70 (**MAPA**) e Sr. Rodrigo Hugueney do Amaral Mello, da Confederação da Agricultura e Pecuária do  
71 Brasil (**CNA**). **ABERTURA: O Sr. Embaixador Rodrigo do Amaral Souza**, Representante do  
72 Ministério das Relações Exteriores/MRE, iniciou a reunião a pedido do Presidente do Conselho, Sr.  
73 Paulo Sérgio de Almeida, que está acompanhando o Ministro Manoel Dias em uma cerimônia.  
74 Informou que os trabalhos preparatórios da Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio estão  
75 bastante avançados e que pôde participar da cerimônia de abertura da etapa do Distrito Federal.  
76 Informou que a etapa nacional será realizada nos dias 30 e 31 de maio e 1º de junho, em São Paulo.  
77 Comunicou que estão sendo realizadas plenárias em várias cidades no exterior, através dos  
78 Conselhos de Cidadãos e dos Conselhos de Cidadania. Discorreu que a Conferência Nacional sobre  
79 Migrações e Refúgio (**COMIGRAR**) tem uma temática bastante ampla, em que será debatida em  
80 profundidade substantiva toda a temática migratória, incluindo a questão da legislação migratória e  
81 a questão do refúgio, embora esta última tenha uma Lei própria. **O Sr. Valdir Vicente de Barros**,  
82 Representante da União Geral dos Trabalhadores, indagou se para participar do Encontro Nacional  
83 é necessário ter participado do último Encontro. **O Sr. Rodrigo do Amaral Souza** respondeu que  
84 não. Explicou que o Ministério da Justiça fará a apresentação sobre o tema e que haverá um convite  
85 aos Conselheiros do CNIg para participarem da etapa nacional. Relatou que está prevista na Agenda  
86 uma apresentação sobre os resultados da Conferência. Ressaltou que a situação do Acre de  
87 calamidade pública, pela cheia do Rio Madeira, tem afetado a questão dos migrantes que chegam ao  
88 Estado, com um acúmulo grande de pessoas no Abrigo de Brasileia. Observou que por uma decisão  
89 do Governo Federal foram iniciados voos para transporte de uma parte desses migrantes até Porto

90 Velho. Informou que o número de migrantes no Abrigo de Brasileia havia chegado a 2.500 pessoas  
91 e baixou para 2.000 após a medida. Assinalou que naquela tarde haveria uma reunião no Ministério  
92 da Justiça com a Bancada de Deputados e Senadores do Acre, presidida pelo Dr. Paulo Abrão,  
93 Secretário Nacional de Justiça e Presidente do CONARE. Informou também que estão aguardando  
94 receber do Ministério da Justiça a última versão do substitutivo ao Projeto de Lei de reforma do  
95 Estatuto do Estrangeiro. A ideia é que o produto do trabalho da Comissão de Especialistas seja  
96 enviado ao Ministério do Trabalho, ao Itamaraty e depois ao CNIg, antes que seja enviado ao  
97 Congresso na forma de um substitutivo. A **Sra. Regiane Ataíde Costa** cumprimentou a todos e  
98 solicitou esclarecimentos sobre o objetivo da Conferência COMIGRAR. O **Sr. Rodrigo do Amaral**  
99 **Souza** explicou que haverá um ponto na Agenda para tratar sobre a COMIGRAR, mas adianta que  
100 a COMIGRAR é um foro que se pretende permanente de reflexão sobre a temática migratória e que  
101 a ideia é que todo ano haja uma Conferência que reúna a Sociedade Civil, as autoridades  
102 governamentais, as confederações sindicais e as centrais sindicais para discutir a temática  
103 migratória, não necessariamente vinculada à tramitação de projetos de lei. Seguindo para os itens de  
104 pauta, informou que são: Abertura; Aprovação da Agenda; Apresentação sobre os resultados da  
105 Conferência Municipal de São Paulo sobre migrações; Apresentação sobre a preparação da etapa  
106 nacional da COMIGRAR; Avaliação de concessão de vistos com base na Resolução 86 de 2010 do  
107 CNIg, que trata da vinda de jovens e adolescentes para realizar treinamento esportivo no Brasil;  
108 Análise do relato do grupo de trabalho sobre a análise do ingresso de haitianos no Brasil;  
109 Apresentação do resultado final da pesquisa sobre a migração haitiana e apresentação sobre as  
110 missões do Gabinete de Segurança Institucional e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência  
111 realizadas no Haiti; Relato do grupo de trabalho sobre a adequação das normas que regem o  
112 procedimento de concessão de autorização de trabalho a artistas estrangeiros de acordo com a  
113 Resolução Normativa 69; Relato do grupo de trabalho que trata da regularização de estrangeiros que  
114 estão cumprindo pena no Brasil; Assuntos Diversos; e análise de Processos. Antecipou que alguns  
115 itens envolvem a relação de apresentações ou a presença de autoridades ou representantes de órgãos  
116 que normalmente não participam das reuniões do CNIg e que talvez seria necessário efetuar  
117 alterações na ordem em que os itens estão contemplados na Agenda. O **Sr. Rodrigo do Amaral**  
118 **Souza** entendeu que podem encaixar nos assuntos diversos e solicitou aos apresentadores que  
119 tentem ser mais concisos possíveis e que obedeçam a uma limitação de tempo, de no máximo 15  
120 minutos. A **Sra. Ieda Maria Silveira Fleury Nogueira**, Representante da ABIN, cumprimentou a

121 todos e assinalou que a apresentação da ABIN poderia ser bem sucinta, assim como a apresentação  
122 da Secretaria de Direitos Humanos, para complementar a apresentação do Prof. Durval que será  
123 mais extensa. O **Sr. Rodrigo do Amaral Souza** agradeceu a generosidade e a compreensão da  
124 ABIN e questionou se a Secretaria de Direitos Humanos também compartilha desse entendimento.  
125 O **Sr. João Alves Souza Junior**, Representante da Secretaria de Direitos Humanos, admitiu que a  
126 avaliação do Prof. Durval é mais central e disse acreditar que a apresentação da ABIN será bem  
127 sucinta. O **Sr. Rodrigo do Amaral Souza** considerou aprovada a Agenda Provisória, com o adendo  
128 no item “Assuntos Diversos” e com a ressalva de que pode haver uma alteração na ordem dos itens  
129 em função da presença das participantes. Seguindo para a apresentação dos resultados da  
130 Conferência municipal sobre migrações realizada na cidade de São Paulo, o **Sr. Paulo Illes**  
131 cumprimentou a todos e relatou que o CNIg desempenha um papel muito importante na política de  
132 imigração no Brasil. Explanou que é um compromisso do Prefeito Fernando Haddad desde a sua  
133 campanha eleitoral e que transformou a Secretaria de Participação e Parceria da Prefeitura, na  
134 Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, onde foram criadas algumas coordenações,  
135 em que o objetivo é construir de forma participativa e transversal a política municipal de imigração  
136 através do diálogo com os próprios imigrantes do movimento social que está em São Paulo.  
137 Discorreu que o principal legado que podem deixar até 2016 é uma mudança de cultura, para que o  
138 imigrante seja visto com um cidadão constituinte da cidade de São Paulo. Mostrou fotos da  
139 Conferência e informou que fizeram um acordo com a Caixa Econômica Federal, onde os dados  
140 mostram que de janeiro até agora, os imigrantes Bolivianos depositaram mais de R\$ 0,5 milhão.  
141 Foi proposto transformar os lugares que são criminalizados em territórios de cidadania, onde será  
142 inaugurado um espaço chamado Rua Florida dos Imigrantes Bolivianos. Sobre a Conferência,  
143 informou que no processo de organização houve uma Comissão Organizadora que era composta  
144 pelo Fórum Social para os Direitos Humanos e a Integração dos Imigrantes, e a Rede Internacional  
145 em prol do Imigrante. Os debates foram estruturados em torno de quatro eixos temáticos: promoção  
146 e garantia de acesso aos direitos sociais e serviços públicos, produção do trabalho decente, inclusão  
147 social e conhecimento cultural, legislação federal e política nacional para as migrações e refúgio. O  
148 **Sr. Paulo Illes** explanou que foi interessante ter colocado no debate com o movimento social como  
149 eixo transversal da conferência, a participação política e participação social. Ponderou que foram  
150 463 propostas elaboradas, destas 57 foram priorizadas na Plenária Final, 50 delegados e 16  
151 suplentes e que participaram 42 países. Das 57 propostas priorizadas na Plenária Final 60% estavam

152 total ou parcialmente contempladas nas metas da coordenação de políticas para migrantes, 14% não  
153 estavam incluídas nas metas, 26% fugiam da competência da esfera municipal. Relatou que os  
154 destaques dos debates no espírito da Conferência foi o direito de votar e ser votado, retirando uma  
155 Moção de apoio à PEC 347/2013 pelo direito de votar e ser votado. Os resultados da Conferência  
156 foram: Maior visibilidade para coordenação e a pauta da migração; Ajuste e reforço das metas da  
157 coordenação; Aproximação das entidades da sociedade civil; Impacto direto da Conferência,  
158 ocupação do espaço público pelos imigrantes; Inclusão de associações de imigrantes nos editais e  
159 programas da cultura; Mobilização em campanha para os Conselhos participativos municipais;  
160 Elaboração do Seminário para abordar sobre a responsabilidade de cada órgão do Estado brasileiro;  
161 Encaminhamento da solicitação ao Ministério do trabalho de descentralização da carteira de  
162 trabalho dos imigrantes para agilizar a sua entrega; Abertura de diálogo para a construção do Centro  
163 de Cultura e da Conferência do Imigrante. Compreendeu que o movimento social organizado foi  
164 capaz de fazer uma Conferência e que o processo de participação tem muito a contribuir para a  
165 riqueza de uma cidade. O **Sr. Rodrigo do Amaral Souza** agradeceu a apresentação e salientou que  
166 o tema sobre a participação política dos imigrantes também foi o item mais destacado pelo Dr.  
167 Paulo Abrão na abertura da etapa no Distrito Federal da COMIGRAR. Com relação à questão da  
168 carteira de trabalho, a **Sra. Regiane Ataíde Costa** entendeu que há grande dificuldade de dar  
169 entrada na mesma por depender exclusivamente do SINCRE e compreende que é uma situação que  
170 precisa de acompanhamento. O **Sr. José Ribamar Dantas**, Representante da CGTB, cumprimentou  
171 a todos e discorreu que desde 1993 tem visto e percebido a grande luta do processo discriminatório  
172 que o estrangeiro sofre. Ressaltou que a iniciativa obrigou a Prefeitura de São Paulo a se organizar  
173 no sentido de criar a primeira iniciativa da Coordenação, que tem trazido resultados maravilhosos.  
174 Explanou que é uma realidade no Congresso Nacional, uma PEC que se redistribuam as  
175 competências, que façam valer os direitos e os deveres dos cidadãos e do Estado, sejam  
176 redistribuídas para humanizá-las. O **Sr. Paulo Sérgio de Almeida**, Presidente do Conselho,  
177 cumprimentou a todos e se desculpou pelo atraso. Justificou que foi solicitado a ele acompanhar o  
178 Ministro do Trabalho em uma etapa da implementação do projeto social que tem o objetivo de  
179 simplificar procedimentos de cumprimento de obrigações trabalhistas. Saudou o Sr. Paulo Illes que  
180 aceitou o convite para a apresentação e discorre que gostaria da compreensão dos Conselheiros para  
181 que nos Assuntos Diversos fosse colocado o item sobre uma operação feita pelo Ministério do  
182 Trabalho em navios de cruzeiro marítimo internacional, em que do Ministério do Trabalho, do

183 Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal, Advocacia-Geral da União e outras  
184 instituições, detectaram a ocorrência de trabalho escravo abordo. A Sra. **Ir. Rosita Milesi**,  
185 Representante do Instituto Migrações e Direitos Humanos, agradeceu a apresentação feita,  
186 manifestando que São Paulo liderou a motivação difundido a realização da Conferência Municipal.  
187 Informou que houve mais de 200 Conferências nas preparatórias da COMIGRAR e que em Brasília,  
188 diante das demandas da questão do agendamento e da dificuldade, a Polícia Federal descentralizou  
189 como um período de experiência, um atendimento no Na Hora. Manifestou a sensibilidade e  
190 agradecimento ao Conselho pela abertura para ouvir a sociedade. O **Sr. Paulo Sérgio de Almeida**  
191 agradeceu pela apresentação feita pelo Sr. Paulo Illes e compreendeu que a questão da integração  
192 dos imigrantes no país é de fato um assunto que está em aberto e que a contribuição dada pelo CNIg  
193 tem sido muito importante. Com relação ao tema das migrações, relatou que o Conselho tem  
194 contribuído para a formulação de uma política coerente do ponto de vista de uma Política  
195 Migratória para o Brasil. Compreendeu que é necessária uma melhor coordenação entre os órgãos,  
196 no sentido de garantir essas instâncias de acolhimento para que possa avançar no processo de  
197 integração. Avançando para a análise do Grupo de Trabalho do ingresso dos haitianos no Brasil, o  
198 **Sr. Paulo Sérgio de Almeida** informou que houve uma melhora na situação em Brasília, embora  
199 continue uma situação de isolamento por terra do estado do Acre por conta da cheia dos rios da  
200 região. Discorreu que havia cerca de duas mil pessoas no abrigo que deveria comportar no máximo  
201 300 pessoas, mas o estado do Acre conseguiu estabelecer um procedimento com parceria da Força  
202 Aérea Brasileira, possibilitando o transporte de produtos de primeira necessidade através de voos  
203 diários de aviões da FAB e também no transporte dos imigrantes para fora do Estado do Acre.  
204 Relatou que o grande número de imigrantes no abrigo vinha causando para além das precárias  
205 condições humanas das pessoas, uma situação de conflito entre eles próprios, principalmente entre  
206 os haitianos e senegaleses. Ponderou que recebeu a informação que o Ministério da Justiça, a  
207 Bancada do Acre e o Governo Federal terão uma discussão em relação à questão. Informou que de  
208 2010 até o dia 26 de março passaram pelo abrigo 19.108 imigrantes, sendo 17.682 haitianos e 1.231  
209 senegaleses e que foi constituído um núcleo da Comissão dos Jesuítas para as imigrações que pode  
210 ser mais um elemento de suporte para as ações ligadas a melhoria das condições dos imigrantes. As  
211 propostas feitas pelo GT foram no sentido de aumentar o número de vistos emitidos, criar locais de  
212 apoio a imigrantes haitianos em outros Estados, criar estrutura de apoio no Acre, aprofundar na  
213 questão da informação aos imigrantes ainda no Haiti. Comunicou que lançou a ideia para que os

214 imigrantes já saiam do Consulado com outros documentos prontos, como a Carteira de Trabalho e  
215 também foi colocada pelo GT a possibilidade de isenção das taxas na Polícia Federal e em outros  
216 órgãos. O **Sr. Paulo Sérgio de Almeida** explanou que é preciso aprofundar em medidas adicionais  
217 em relação aos vários fenômenos que estão surgindo e sugeriu envolver o MDS na discussão do  
218 Plenário. Seguindo para a apresentação da pesquisa, o **Sr. Duval** relatou que a metodologia  
219 proposta ao CNIg pela OIM foi, provavelmente, no caso dos haitianos a primeira vez que se  
220 trabalhou com dados administrativos do Ministério do Trabalho, das Relações Exteriores e também  
221 da Política Federal. Foram entrevistados 340 haitianos, em seis cidades: Belo Horizonte, Brasília,  
222 Campinas, Curitiba, Porto Velho e São Paulo. Discorreu que realizaram uma pesquisa qualitativa  
223 com nove grupos focais, quatro masculinos e cinco femininos. Iniciando pelos dados do Ministério  
224 do Trabalho, relatou que em 2012 foram apresentadas mais solicitações de refúgio no Amazonas.  
225 No caso da instrução, em 2012 as pessoas que estariam entrando por Manaus teriam um nível de  
226 instrução um pouco mais elevada. Os dados do Ministério das Relações Exteriores mostraram que a  
227 maioria são mulheres, jovens e crianças com visto de reunião familiar. A ocupação declarada pelo  
228 haitiano no momento da solicitação do visto está concentrada na construção civil e ressalta que não  
229 houve nenhuma informação de experiência na indústria. Na distribuição dos demandantes pelo  
230 local de nascimento, em 2012, Porto Príncipe seria o maior demandante, seguido por Gonaives, mas  
231 já em 2013 aparece a República Dominicana. Os dados do Ministério da Justiça mostraram que  
232 aqueles que fizeram o primeiro contato com o governo brasileiro através de Tabatinga se distribuem  
233 por Curitiba, Minas, São Paulo e Pará. Os que entraram por Brasília e Epitaciolândia se  
234 concentram também no Sul ou por São Paulo. Informou que 25% declaram residência e que 23%  
235 dos homens possuem segundo grau completo e 20% o Ensino Fundamental. O **Sr. Duval** ponderou  
236 sobre outras perguntas feitas aos haitianos como: O motivo para deixar o Haiti; Sobre o trajeto até o  
237 Brasil; Custo de viagem; Questões sobre o salário; Sociabilidade; Avaliação do processo;  
238 Solicitações para os Governos Brasileiro e Haitiano. Afirmou que a falta de informação é um  
239 problema que leva vários haitianos a colocarem a questão da necessidade de uma informação sobre  
240 a situação vivenciada no Brasil e lembrou que se somar o número de vistos e o número de pessoas  
241 que passaram por Brasília, o Brasil estaria com 30 mil haitianos. O **Sr. Paulo Sérgio de Almeida**  
242 agradeceu pela apresentação e agradeceu a parceria com a Organização Internacional para as  
243 Migrações que propiciou a realização dessa pesquisa. Ressaltou que lhe sensibilizou a questão dos  
244 haitianos se sentirem convidados pelo Brasil, pois o Brasil apenas criou o visto humanitário devido

245 a pressão imigratória de haitianos pela piora de condições de vida no Haiti. Seguindo para a  
246 próxima apresentação, o Sr. **João Alves Souza Junior** cumprimentou a todos e passou narrar a  
247 missão ao Haiti. A data da missão foi de 11 a 19 de março de 2014, onde foram visitados a cidades  
248 de Porto Príncipe, Gonaives e Jacmel. Relatou que os eixos de observação da missão: acesso aos  
249 serviços humanitários fornecidos pelo Consulado brasileiro, percepção dos fatores locais sobre o  
250 fenômeno imigratório, características e elementos do fluxo imigratório, dinâmica social atrelada à  
251 imigração da cidade de Gonaives, cidade de origem da maioria dos haitianos irregulares,  
252 diagnóstico do SDH – PR, 2013. Discorreu que foram bem acolhidos pela Embaixada, em que  
253 foram feitas algumas trocas de informações sobre a estrutura. Ressaltou que há uma limitação de  
254 recursos humanos na Embaixada, estando no limite das possibilidades de trabalho e que há algumas  
255 questões internas do sistema de agendamento telefônico que não funciona todo o horário. Explanou  
256 que a documentação incompleta é um grande problema da Embaixada e que o atual cenário de  
257 cooperação com a ONU na reconstrução está sendo concretizada diminuindo o fluxo de ações. A  
258 estratégia mais válida para trabalhar a via legal seria a mobilização junto aos haitianos no Brasil e a  
259 campanha de divulgação para o fluxo regular no Haiti. Destacou que a desestruturação familiar e a  
260 cooperação para o desenvolvimento local se tornou normal, porque as famílias já possuem um  
261 processo de, na idade laboral, enviar pessoas para o exterior. Informou que a Organização  
262 Internacional para as Migrações possui vários projetos de fixação e mostrou fotos retratando a  
263 situação do Haiti e dos comércios de *Bric-à-brac* e das agências *multiservices*. Relatou que a  
264 justificativa que é dada para não conseguirem manter contato com as suas famílias é por causa de  
265 uma pressão dos coiotes que criam um reserva de mercado para levarem os outros familiares.  
266 Informou que dentro da SDH está sendo criada uma estratégia de comunicação que passa pelos  
267 centros de referência para essas pessoas consigam manter contato e que serão trabalhadas as  
268 questões do vínculo familiar. O Sr. **Paulo Sérgio de Almeida** agradeceu pela apresentação e  
269 informou que estão com um problema de horário. Anunciou a presença da Procuradora do  
270 Ministério Público do Trabalho, Dr. Cristiane, que apresentará sobre o tema da RN 86 e abriu a  
271 palavra para os Conselheiros para manifestação, mas solicita que todos sejam breves, focando  
272 apenas em eventuais medidas concretas que podem ser adotadas pelo CNIg. A Sra. **Regiane Ataíde**  
273 **Costa** discorreu que estão tendo sempre um grande problema com relação ao horário e propôs que o  
274 tema haitiano sempre fique como último assunto da pauta. O Sr. **Paulo Sérgio de Almeida**  
275 explicou que nessa reunião estão com uma situação atípica em relação ao caso haitiano, porque tem

276 uma pesquisa sendo lançada. Relatou que houve um alongamento dessa questão, por conta das  
277 atividades que não são relatadas normalmente na Plenária e ressaltou que o tema dos haitianos é  
278 sempre prioritário para o Conselho. O **Sr. José Ribamar Dantas** compreendeu que nunca é demais  
279 ter a oportunidade de ter o acesso esse brilhante trabalho apresentado, pois podem ajudar a  
280 esclarecer várias dúvidas. Diante o que foi apresentado, ressaltou que ficou clara a questão da  
281 expectativa que é criada no imigrante e que lhe preocupa a situação da reação que os haitianos têm,  
282 mesmo com todos os benefícios oferecidos, até porque não estavam acostumado a contribuir com o  
283 INSS ou com o Imposto de Renda. Destacou que precisam realizar uma linha de ação de uma  
284 campanha de esclarecimento diante das situações que foram analisadas. Com relação à questão da  
285 organização interna do Setor Consular da Embaixada em Porto Príncipe, o **Sr. Rodrigo do Amaral**  
286 **Souza** explanou que a capacidade física de equipamento e de estrutura possui limites muito claros e  
287 informou que estão estudando a possibilidade de passar a conceder os CPFs, mas que isso terá que  
288 ser feito com cuidado, pois ao mesmo tempo em que concede vantagens para o haitiano que decide  
289 escolher a via legal para chegar ao Brasil, pode acabar por retardar ou dificultar a concessão de  
290 vistos devido às dificuldades da Embaixada. Com relação às campanhas informativas, destacou que  
291 os dados informados podem ser utilizados nas campanhas e relatou que estão finalizando junto com  
292 o Governo do Haiti e da OIM, uma campanha de rádio, em que estão recebendo sugestões de  
293 focalizar mais sobre as condições que o haitiano encontrará no Brasil. Com relação à questão da  
294 documentação e de falsificação de vistos, ponderou que estão solicitando cooperação das  
295 autoridades policiais haitianas para o controle da situação. O **Sr. Paulo Sérgio de Almeida**  
296 entendeu que seria interessante enviar a todos os Conselheiros esse estudo e recomendou aos  
297 Conselheiros que amadurecessem as informações para que na próxima reunião tenha alguma  
298 recomendação específica. Sugeriu que fosse feito o debate antes do almoço sobre a Resolução 86 e  
299 após o almoço a apresentação do tema da COMIGRAR. Antecipou que durante a apresentação da  
300 Dra. Cristiane terá que se ausentar e sugeriu a possibilidade de passar a Presidência para o  
301 Conselheiro Sr. Valdir Vicente. Após os Conselheiros aceitarem as sugestões, passou a palavra para  
302 a apresentação da Resolução 86 que trata da vinda de adolescentes estrangeiros para atuar em  
303 treinamento intensivo de prática esportiva no Brasil. A **Dra. Cristiane** cumprimentou a todos e  
304 explanou que estavam presentes nessa reunião para renovar o pedido para que se re-estude novas  
305 formas de disciplinar a vinda de atletas estrangeiros ao país. Informou que houve uma parceria com  
306 órgãos do Governo brasileiro e o Ministério das Relações Exteriores que encaminhou ao Ministério

307 Público do Trabalho uma relação contendo todos os pedidos de vistos com base na Resolução. A  
308 partir dessa relação foram identificados os vistos e decidido programar a realização de uma força  
309 tarefa do Ministério Público do Trabalho e da Polícia Federal que ocorreu em junho de 2013, na  
310 cidade de região de Ribeirão Preto e região, por concentrar o maior número de vistos. Ressaltou que  
311 a maioria dos atletas estava presente por força de um acordo de cooperação internacional, em que o  
312 próprio Brasil havia feito. O próprio Governo brasileiro, por meio do Ministério dos Esportes, com  
313 participação da Agência Brasileira de Cooperação, que realizou os convênios. Explanou que com o  
314 Cazaquistão estava documentado e que o programa envolvendo os chineses, não havia sido ainda  
315 formalizado por meio de ato do Ministério do Esporte, mas estava em negociação. Compreendeu  
316 diante dessas situações que deveria haver nos documentos pelo menos uma posição ou um aviso  
317 que estaria o Governo diretamente envolvido com o encaminhamento de atletas. Discorreu que os  
318 vistos de estudante, intercâmbio e de formação desportiva precisam ser estudados para elaborar uma  
319 regulamentação que seja mais clara, para que os órgãos que tenham a atribuição de fazer a  
320 fiscalização saibam onde devem atuar. Destacou que existem situações de tráfico desportivo, em  
321 que jovens são enganados e encaminhados para lugares distantes, por isso ressaltou aos  
322 Conselheiros a importância de prever mais amplamente os quatro tipos de visto: o turismo  
323 desportivo, o intercâmbio para fim privado, o intercâmbio para fim público ou cooperação  
324 internacional e a formação desportiva. A **Sra. Regiane Ataíde Costa** questionou qual é o problema  
325 com o visto do estudante e a **Dra. Cristiane** explicou que este visto estaria relacionado com uma  
326 instituição de ensino. A **Sra. Regiane Ataíde Costa** indagou se seria uma proteção ao menor e  
327 discorreu que existe uma resolução que trata de visto de estudante, desde que esteja em qualquer  
328 nível de graduação ou pós-graduação. A **Dra. Cristiane** esclareceu que foi utilizado o visto de  
329 estudante, mas podem conseguir deturpar, como por exemplo, jogando em um clube que não está  
330 mais federado. Destacou que é preciso analisar todos os vistos em conjunto para que prevejam as  
331 situações relacionadas ao esporte. A **Sra. Regiane Ataíde Costa** afirmou que é contra qualquer tipo  
332 de exploração de menor e qualquer prática que desnaturalize o objetivo das Resoluções.  
333 Compreendeu que não podem criar Resoluções para as piores formas e as piores práticas e que a  
334 fiscalização deve ser muito forte para aqueles que desvirtualizarem o objetivo da mesma. A **Dra.**  
335 **Cristiane** agradeceu a participação e ressaltou que é a primeira a defender o esporte brasileiro e a  
336 exportação do esporte. Solicitou a todos que analisem a possibilidade de trazer o Ministério dos  
337 Esportes para, eventualmente, discorrer sobre os seus projetos de intercâmbio para o Brasil. O **Sr.**

338 **Valdir Vicente de Barros**, Representante da União Geral dos Trabalhadores, abriu o debate e  
339 entendeu que é interessante a preocupação do Ministério Público do Trabalho de trazer esse  
340 assunto. O **Sr. João Guilherme Lima Granja Xavier da Silva**, Representante do Ministério da  
341 Justiça, cumprimentou a todos e parabenizou a apresentação da Dra. Cristiane. Compreendeu que é  
342 necessário um atendimento em todos os níveis e que seja compatível com o esforço e dedicação que  
343 está se empenhando na melhora das normas. Entendeu que um encaminhamento importante seria a  
344 leitura desse conjunto de normas e que se estabelecesse um prazo para os comentários sobre as  
345 Resoluções já vigentes. Propôs que seja aperfeiçoada a atual Resolução 93, que trata de forma  
346 muito limitada e de realmente difícil aplicação, por parte dos órgãos envolvidos, sobre tráfico de  
347 pessoas. O **Sr. Rodrigo do Amaral Souza** relatou que o assunto já foi levado em mais de uma  
348 oportunidade ao Conselho, já foi objeto de reuniões paralelas entre o Ministério Público do  
349 Trabalho, o Itamaraty e o Ministério do Trabalho e Emprego. Ponderou que no dia 12 de fevereiro,  
350 esteve junto com o Dr. Luís Alberto, no Ministério Público do Trabalho, na Coordenação Nacional  
351 de Combate à Exploração do Trabalho de Crianças e Adolescentes, onde foram recebidos pelo Dr.  
352 Rafael Dias Marques, que expôs sobre um caso em Indaiatuba e outro caso em Curitiba, em que os  
353 atletas entraram com visto de estudante e havia dúvida sobre possível falsificação de documentação  
354 da instituição de ensino. Relatou que posteriormente o Itamaraty recebeu uma notificação  
355 recomendatória, solicitando ao Itamaraty que quando conceder vistos ao amparo da Resolução  
356 Normativa 86 do CNIg busque tomar algumas precauções e alguns cuidados. Essa notificação  
357 solicitou que o Itamaraty apenas conceda o visto quando a entidade desportiva solicitante for  
358 considerada como tal, a partir de um certificado emitido pela Confederação Desportiva competente  
359 ou no caso de intercâmbio promovido em razão de acordos internacionais, pelo Ministério do  
360 Esporte. E que seja concedido quando haja comprovação de que a entidade esportiva solicitante  
361 esteja filiada à respectiva federação estadual. A **Sra. Marjolaine Bernadete Julliarde Tavares do**  
362 **Canto**, Representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo,  
363 cumprimentou a todos e concordou com as colocações feitas. Compreendeu que a experiência da  
364 Dra. Cristiane é fundamental para o Conselho e relatou que concorda que seja revista a Resolução  
365 através de um grupo de trabalho. O **Sr. Valdir Vicente de Barros** compreendeu que a solução será  
366 a criação do grupo de trabalho e que o Ministério do Trabalho presidiria o grupo. A **Sra. Regiane**  
367 **Ataíde Costa** entendeu que o Ministério da Educação também seria importante para o grupo. O **Sr.**  
368 **Aldo Cândido**, Representante do Ministério do Trabalho, relatou que a Resolução 86 surgiu em

369 2010 e que na época foi solicitado que a Resolução fosse implementada por haver falhas na  
370 resolução então vigente. O **Sr. Valdir Vicente de Barros** explicou que o grupo de trabalho ficará  
371 presidido pelo Ministério do Trabalho, composto por MJ, MTE, MRE, CGTB e a CNI e como  
372 convidado o Ministério da Educação. Após o intervalo do almoço, o Presidente **Sr. Paulo Sérgio de**  
373 **Almeida** deu continuidade na reunião, seguindo para a apresentação do Ministério da Justiça sobre  
374 a Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio, COMIGRAR. A **Sra. Jana Petaccia de**  
375 **Macedo**, Representante do Ministério da Justiça, cumprimentou a todos e fez um breve relato  
376 histórico sobre a COMIGRAR. Discorreu que a etapa nacional está prevista para o dia 30 de maio a  
377 1º de junho na cidade de São Paulo e que as informações estarão disponíveis por meio da  
378 plataforma imigrantes.gov.br. Informou que de dezembro a março, foi realizada a estratégia  
379 preparatória para o alcance de redes, em que foram capilarizadas e sensibilizadas para o  
380 engajamento no processo de participação. Tentou otimizar as reuniões com os Estados e Municípios  
381 através do *Skype*, criação de página de *Facebook*, a própria plataforma servindo de instrumental  
382 para as Conferências virtuais, boletins, jornalistas engajados, apresentação em colegiados, CASC  
383 Imigrantes. Relatou que alguns resultados alcançados são marcos intermediários e que no dia 05 de  
384 março foi observada a realização de 206 etapas preparatórias. As Conferências Governamentais  
385 foram feitas no Distrito Federal e nos Estados: Goiás, Amazonas, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato  
386 Grosso, Pernambuco e Rondônia; e nos seguintes municípios: São Paulo, Porto Alegre e Sapucaia  
387 do Sul. Comunicou que a distribuição geográfica proporcional às regiões do Brasil houve um  
388 destaque intenso na região Norte. Na etapa livre, 39% da participação foi de ONGs vinculadas à  
389 temática, 22% de entidades confessionais, 23% de academias e 5% de imigrantes. Observou que nas  
390 etapas preparatórias a comunidade brasileira no exterior realizou com base na metodologia duas  
391 Conferências Livres em Londres e cinco reuniões de Conselhos locais realizadas em Genebra, São  
392 Francisco, Atlanta, Toronto e Vancouver; e três consultas locais por escrito. Na etapa virtual, foram  
393 realizadas 12 Conferências de participação ampla do público conectado na plataforma. A **Sra. Jana**  
394 **Petaccia de Macedo** discorreu que se encontram num processo de sistematização de propostas que  
395 serão aglutinadas nos eixos temáticos no início de maio para que consiga na etapa nacional criar  
396 grupos de trabalho vinculados ao sistema de modo a fazer com que os delegados presentes e os  
397 observadores, consigam aperfeiçoar as propostas encaminhadas gerando um caderno de diretrizes  
398 finais. Ponderou que após esses processos, serão votadas as diretrizes para que tenham um  
399 documento referencial para o trabalho pós COMIGRAR. O processo de depuração das propostas

400 ocorrerá por meio de um diálogo governamental instituído por meio de uma Coordenação  
401 Interministerial. Informou que a etapa nacional tem uma previsão de 700 participantes, dentre  
402 observadores, delegados, convidados e que após a definição do espaço farão um convite oficial por  
403 meio da Presidência do CNIg informando todos os detalhes da programação. O **Sr. Paulo Sérgio de**  
404 **Almeida** agradeceu pela apresentação e abriu a palavra para manifestações. A **Sra. Regiane Ataíde**  
405 **Costa** questionou com relação a participação da CNIg na COMIGRAR e a **Sra. Jana Petaccia de**  
406 **Macedo** esclareceu que o processo da Conferência é de participação ampla, um debate social no  
407 qual houve diversos convites realizados a todos os grupos e que o papel do delegado se dá a partir  
408 do momento que participa das etapas preparatórias, em que terá direito a voz e voto no momento da  
409 etapa nacional. Discorreu que os observadores terão a responsabilidade de participar da mesma  
410 forma da programação, porém não poderão ter direito a voto. A **Sra. Regiane Ataíde Costa**  
411 compreendeu que a CNIg tem um papel muito importante na implementação das propostas. A **Sra.**  
412 **Jana Petaccia de Macedo** explicou que se preocupam em ter bastante atenção com a metodologia  
413 após a realização da Conferência, por surgirem inúmeras propostas inclusive para a realização de  
414 uma segunda Conferência. Destacou que o caderno de propostas é composto por aquelas oriundas  
415 de um processo de participação. A **Sra. Maria Auriana Pinto Diniz**, Representante do Ministério  
416 da Educação, agradeceu a apresentação feita e questiona se o documento final será encaminhado ao  
417 Ministério da Justiça ou ao CNIg. A **Sra. Jana Petaccia de Macedo** explica que o pós  
418 COMIGRAR será feito coletivamente também, com a participação de diversas instituições. O **Sr.**  
419 **Felipe Dezorzi Borges**, Representante da Defensoria Pública da União, indagou qual seria a  
420 participação da Defensoria Pública na Conferência Nacional. A **Sra. Jana Petaccia de Macedo**  
421 esclareceu que os Estados que realizaram uma etapa estadual podem incluir Delegados de  
422 representações governamentais independentes da sua esfera. O **Sr. Paulo Sérgio de Almeida**  
423 agradeceu pela apresentação e afirmou que o Ministério do Trabalho não se sente incluído no  
424 processo da COMIGRAR. Informou que o CNIg fará um Seminário Tripartite sobre as migrações  
425 laborais no Senado no dia 14/05. Compreendeu que o processo de elaboração do novo projeto de  
426 Lei sobre imigrações é complexo e que as mudanças na Lei de Migrações eram no sentido de  
427 garantir direitos e não de rever consensos já estabelecidos. Dando continuidade na Agenda, o **Sr.**  
428 **Paulo Sérgio de Almeida** segue para o ponto que trata do grupo de trabalho que está revendo o  
429 tema da Resolução Normativa 69/2006 que trata da autorização para artistas trabalharem no Brasil.  
430 Discorreu que foi uma determinação do TCU para que o Conselho estude a revisão. O TCU em uma

431 auditoria feita na Ordem dos Músicos observou fragilidades no processo de recolhimento de taxas.  
432 Compreendeu que a determinação é simplesmente colocar na Resolução que um dos requisitos para  
433 obtenção para a autorização de trabalho é cumprir o Artigo 53 da lei que rege a Ordem dos  
434 Músicos. Outra questão que é trazida pela Conselheira Sra. Débora Cheyne são os indícios de  
435 fraudes que existem no contrato de músicos estrangeiros, em que o contrato apresentado para o  
436 Ministério do Trabalho apresenta valor do cachê muitas vezes irrisório comparado com o valor de  
437 mercado de uma apresentação de um Artista estrangeiro, às vezes de renome. Explicou que a  
438 própria Resolução 69 foi uma resposta e uma tentativa de minorar essas fraudes e que é preciso  
439 tomar uma decisão, ou seja, se ocorrerá uma revisão mais abrangente da Resolução ou se  
440 simplesmente acrescentará mais um requisito, que é o cumprimento do Artigo 53 da Lei dos  
441 Músicos. Entendeu que a Coordenação Geral de Imigração ainda precisa estudar e analisar esses  
442 documento para chegar a uma conclusão definitiva. A **Sra. Débora Cheyne**, Representante da  
443 Central Geral dos Trabalhadores, relatou que estão fundando uma Federação Nacional de Músicos  
444 para estabelecer e padronizar os boletos e recibos e insistiu que é importante que as partes  
445 interessadas tenha a disposição o contrato original para não ficar brechas. A **Sra. Jane Alcanfor de**  
446 **Pinho** relatou que havia sugerido a vinda do Ministério da Cultura, Coordenação de Direitos  
447 Autorais, mas aquele órgão entendeu não possuir competência sobre o assunto. Ponderou que existe  
448 o SISCOSERV - Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e outras  
449 operações que produzam variação no patrimônio, que é gerido pela SCS/MDIC e a Secretaria da  
450 Receita Federal que registra todas as operações realizadas entre residentes e domiciliados no País e  
451 residentes e domiciliados no exterior, relativas a serviços e intangíveis, inclusive aquelas relativas à  
452 apresentação e promoção de atuações artísticas e outros entretenimentos ao vivo. O **Sr. Paulo**  
453 **Sérgio de Almeida** indagou se o contrato entre uma empresa brasileira e uma empresa ou particular  
454 no exterior é registrável no SISCOSERV. A **Sra. Jane Alcanfor de Pinho** explica que tem a  
455 obrigação de registrar o residente ou domiciliado no País que mantenha relação contratual com  
456 residente ou domiciliado no exterior e, portanto, os dados do negócio (valor, nome do vendedor,  
457 país de destino, país da prestação, etc) têm que ser registrados. O **Sr. Paulo Sérgio de Almeida**  
458 discorreu que a ideia não é chegar a Resolução nessa reunião, apenas tomar em conta a preocupação  
459 de reduzir a possibilidade de subfaturamentos e a insegurança que tem que adotar uma regra de  
460 cumprimento do Artigo 53 sem saber exatamente como se dá. Propôs que o GT continue com os  
461 trabalhos e na próxima reunião do mesmo tenha uma exposição do MDIC sobre a possibilidade de

462 constar algo nos sistemas de controle do comércio exterior e que a Secretaria do Conselho convide a  
463 Receita Federal para subsidiar o debate. A **Sra. Jane Alcanfor de Pinho** informou que o MDIC  
464 estudaria o tema e verificaria a necessidade de convidar membros da Comissão do SISCOSEV  
465 para a discussão. O **Presidente** também sugeriu que a Secretaria do CNIg verifique junto a Ordem  
466 de Músicos e ao Sindicatos como é a documentação. A **Sra. Regiane Ataíde Costa** compreendeu  
467 que deveria ser convidado um representante da OMB, da Ordem dos Músicos do Brasil, por  
468 entender que deveria ser ouvidos todas as partes envolvidas para haver uma conciliação. A **Sra.**  
469 **Débora Cheyne** explanou que é fundamental analisar quem deverão ser convocados e explicou que  
470 o direito autoral é a questão intangível do produto do trabalho do Músico, não contemplando o  
471 Artigo 53, que trata do contrato de trabalho e não do licenciamento de direitos autorais. O **Sr.**  
472 **Odilon dos Santos**, Representante Suplente da CTB, explanou que há um prazo para o debate de  
473 120 dias e que se não concluir dentro do mesmo deve ser comunicado ao Tribunal que está dando  
474 andamento no processo para que haja um pedido de dilação do prazo. O **Sr. Paulo Sérgio de**  
475 **Almeida** afirmou que ficará postergado para a próxima reunião a realização de um debate mais  
476 qualificado, antes da próxima Plenária. Seguindo para o próximo item de pauta, o tema do Grupo de  
477 Trabalho para regularização dos estrangeiros que estão cumprindo pena no Brasil. Relatou que o  
478 Ministério da Justiça apresentou uma primeira versão, onde houve algumas dúvidas e se  
479 comprometeu em enviar uma proposta que foi enviada pela manhã. Explica que estão criando uma  
480 residência provisória ou permanência provisória, que é um instituto não previsto em Lei, então  
481 todos entenderam que deveria estar vinculado as decisões judiciais, por abrir a possibilidade de uma  
482 permanência do estrangeiro no Brasil para cumprir a decisão. A **Sra. Sara Coutinho**, Representante  
483 do Ministério da Justiça, discorreu que diante de todas as preocupações que foram externadas no  
484 Grupo de Trabalho, foi feita a proposta para que a permanência expedida pelo Ministério da Justiça  
485 esteja vinculada a uma decisão judicial, retirando a palavra provisória e colocando residência  
486 temporária que está na Lei. Após debate, foi aprovada a nova Resolução conforme o seguinte texto:  
487 **RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 110, DE 10 DE ABRIL DE 2014** Autoriza a concessão de  
488 permanência de caráter provisório, a título especial, com fins a estabelecimento de igualdade de  
489 condições para cumprimento de penas por estrangeiros no Território Nacional. **O CONSELHO**  
490 **NACIONAL DE IMIGRAÇÃO**, instituído pela Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 e  
491 organizado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no uso das atribuições que lhe confere o  
492 Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993, resolve: **Art. 1º** O Ministério da Justiça concederá, em

493 virtude de decisão judicial, permanência de caráter provisório, a título especial, a estrangeiros em  
494 cumprimento de pena no Brasil. Parágrafo único. A permanência de que trata o *caput* deste artigo,  
495 será vinculada ao cumprimento da pena ou à efetivação de sua expulsão. **Art. 2º** A concessão de  
496 permanência nos termos desta Resolução contempla os direitos e deveres previstos na Lei nº 6.815,  
497 de 19 de agosto de 1980, nos termos da decisão judicial. **Art. 3º** A aplicação desta Resolução será  
498 objeto de informe semestral em reunião ordinária do CNIg. **Art. 4º** Esta Resolução Normativa entra  
499 em vigor na data de sua publicação. O Presidente seguiu então para o próximo item de pauta sobre  
500 os Assuntos Diversos. Informou que estão propondo a antecipação da V reunião do dia 10 de junho  
501 para o dia 03 de junho, por motivo da Copa do Mundo. Os Conselheiros concordam com a sugestão  
502 e a **Sra. Sara Coutinho** discorreu que o Ministério da Justiça gostaria de propor uma pequena  
503 alteração da Resolução 93 para que também sejam incluídos os casos de trabalho escravo e  
504 questiona em qual GT poderiam se encaixar nas próximas reuniões. O **Sr. Paulo Sérgio de**  
505 **Almeida** propôs esperar mais uma reunião para a proposta, para diminuir o número de grupos de  
506 trabalho abertos e abriu a palavra para a apresentação sobre o Diálogo Setorial Brasil - União  
507 Europeia, no que diz respeito ao tema de trabalhadores qualificados. A **Sra. Jane Alcanfor de**  
508 **Pinho**, Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,  
509 cumprimentou a todos e discorreu que na quinta-feira, dia três, enviou ao Presidente do Conselho  
510 uma proposta de apresentação de Estudo a ser desenvolvido a partir de maio deste ano no contexto  
511 dos Diálogos Setoriais Brasil-União Europeia visando a identificar boas práticas no  
512 desenvolvimento de políticas públicas sobre o tema “Atração ao Brasil de Recursos Humanos  
513 Altamente Qualificados” e as possibilidades de sua replicação no Brasil, considerando o arcabouço  
514 jurídico-institucional. A ideia do estudo em questão é subsidiar o Conselho, em especial o GT sobre  
515 Mão de Obra Qualificada, bem como realizar uma apresentação sobre seus resultados neste  
516 Colegiado quando de sua conclusão. Discorreu que já conversou com o Ministério da Ciência e  
517 Tecnologia, o Ministério da Educação o Ministério do Trabalho e Emprego, sugerindo fortemente  
518 sua participação no projeto, junto com o MDIC que exerce a Coordenação. Passou a palavra para o  
519 Sr. Carlos Veloso para fazer uma breve apresentação. O **Sr. Carlos Veloso** cumprimentou a todos e  
520 relatou que a política industrial em vigor no Brasil, o Plano Brasil Maior, prevê mais investimento  
521 em capital humano e que possui duas vertentes, a formação e a qualificação da mão de obra  
522 nacional, que são um projeto de médio e longo prazo. A política e as iniciativas voltadas para a  
523 formação e qualificação da mão de obra nacional devem ser conjugadas à política de atração de

524 recursos humanos, disponíveis para o aproveitamento imediato no exterior. Então os recursos  
525 humanos no exterior, mediante as políticas apropriadas poderiam ter interesse em se fixar no Brasil  
526 enquanto imigrantes. Informou que o Governo tem oferecido incentivos substanciais para a  
527 qualificação das pessoas que estão no exterior e se não houver políticas apropriadas para atrair de  
528 volta os brasileiros, o país estará investindo em formação de mão de obra qualificada para o  
529 aproveitamento em outras economias. Explicou que a ação baseia na identificação de boas práticas  
530 existentes na Europa, especialmente no Canadá e nas boas práticas já existentes no Brasil e que o  
531 Consultor é um especialista independente que identificará as boas práticas existentes nos dois lados  
532 para gerar subsídios, com possibilidade de replicação no Brasil. A **Sra. Jane Alcanfor de Pinho**  
533 esclareceu que identificaram dois países de imediato por ser uma pré-condição para dar  
534 continuidade ao projeto e que também estão sugerindo Reino Unido e Alemanha que estão regime  
535 *Schengen*. O Canadá, apesar de ser um país não europeu também poderá ser contemplado no escopo  
536 do estudo. Informou que o Consultor terá apenas 25 dias para fazer o estudo e que os órgãos  
537 interessados que integram o CNIg poderão participar, desde que manifestem esse interesse ao  
538 MDIC. A **Sra. Jane Alcanfor de Pinho** explicou que não se tem a assunção com o estudo não de  
539 gerar compromissos de revisão do marco regulatório brasileiro, posto que este somente servirá de  
540 subsídio aos órgãos competentes na matéria. Nesse sentido, consultou sobre a possibilidade de se  
541 mudar a reunião de setembro do CNIg para permitir uma apresentação do Consultor europeu na  
542 reunião. O **Sr. Paulo Sérgio de Almeida** agradeceu pela apresentação e relatou que é um assunto  
543 que interessa ao Conselho e que está em processo de contratação da Fundação Getúlio Vargas para  
544 ajudar na elaboração de subsídios para uma política específica para atração de profissionais  
545 qualificados. Com relação a alteração da data da reunião, compreendeu que deve manter a data até  
546 entender como é que o projeto está andando, mas pode ser avaliada a possibilidade. O **Presidente**  
547 seguiu para o último ponto dos Assuntos Diversos e antecipou que houve uma operação que teve  
548 início com uma série de denúncias recebidas de uma Associação de vítimas, chamada Associação  
549 de Vítimas dos Navios de Cruzeiro, que resultou em uma audiência pública na Câmara dos  
550 Deputados, e ainda na criação de um Grupo de Trabalho na CONATRAE. Relatou que através da  
551 denúncia, uma série de Órgãos foram até o navio da empresa MSC, em que concluíram tratar-se de  
552 uma situação prevista no Código Penal Brasileiro, que é reduzir alguém a condição análoga a de  
553 escravidão. Sugeriu aguardar os relatórios concluídos da operação para estabelecerem algum  
554 procedimento de avaliação. A **Sra. Marjolaine Bernadete Julliarde Tavares do Canto** afirmou

555 que a Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo defende que o segmento  
556 econômico de turismo náutico não seja prejudicado por causa de uma empresa e que deve ser  
557 buscado uma solução jurídica para que sejam punidos. E para o próximo ponto de pauta, relato dos  
558 processos o **Sr. Paulo Sérgio de Almeida** solicita que a **Sra. Marjolaine do Canto** assumira a  
559 Presidência, pois precisará se ausentar. E a **Sra. Marjolaine Bernadete Julliarde Tavares do**  
560 **Canto** passa para o relato dos processos: **1) Relator: MTE; Processo: 08390.004122/2012-82;**  
561 Nome do estrangeiro: Juan Ortiz Anguiano; País: México; Chamante: Jael Ramiro Faria de Melo;  
562 UF: PR; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo  
563 DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do relator. **2) Relator: MTE; Processo:**  
564 **46094.003258/2014-71;** Nome do estrangeiro: Diego José Hodgson Ovalle - Outros; País: Chile;  
565 Chamante: Escritório de Prioridades Estratégicas; UF: MG; Tipo de Visto: Temporário; Decisão: O  
566 Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do relator.  
567 **3) Relator: MTE; Processo: 46094.000918/2014-61;** Nome do estrangeiro: Marin Alsop; País:  
568 EUA; Chamante: Fundação Orquestra Sinfonica do Estado de São Paulo – Fundação OSESP; UF:  
569 SP; Tipo de Visto: Temporário; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo  
570 INDEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do relator. **4) Relator: MTE; Processo:**  
571 **46215.001571/2014-51;** Nome do estrangeiro: Roberto Arciprete; País: Itália; Chamante: Roberto  
572 Arciprete; UF: RJ; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo  
573 INDEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do relator. **5) Relator: MJ; Processo:**  
574 **46094.033919/2013-10;** Nome do estrangeiro: Yvonne Mulenga; País: Zâmbia; Chamante:  
575 Defensoria Pública da União; UF: SP; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O Processo  
576 foi retirado de pauta. **6) Relator: MJ; Processo: 46010.003524/2013-67;** Nome do estrangeiro:  
577 Ogbonna Francis Arinze; País: Nigéria; Chamante: Comitê Nacional para os Refugiados -  
578 CONARE; UF: DF; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Processo não foi relatado. **7) Relator:**  
579 **MJ; Processo: 46094.038505/2012-98;** Nome do estrangeiro: Lawrence Jeffrey Bernstein; País:  
580 República da África do Sul; Chamante: Defensoria Pública da União; UF: SP; Tipo de Visto:  
581 Permanente; Decisão: O Processo não foi relatado. **8) Relator: MJ; Processo: 46094.028905/2012-**  
582 **95;** Nome do estrangeiro: Sidney William Dickason; País: República da África do Sul; Chamante:  
583 Defensoria Pública da União; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Processo não foi  
584 relatado. **9) Relator: MJ; Processo: 46094.000718/2014-17;** Nome do estrangeiro: Fábio Miguel  
585 Cardoso Teixeira da Silva Pereira; País: Portugal; Chamante: Defensoria Pública da União; UF: SP;

586 Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Processo não foi relatado. **10)** Relator: **MJ**; Processo:  
587 **46094.029896/2013-31**; Nome do estrangeiro: Francisco Diogo Lengue; País: Angola; Chamante:  
588 Defensoria Pública da União; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Processo não foi  
589 relatado. **11)** Relator: **MJ**; Processo: **46094.005650/2012-92**; Nome do estrangeiro: Júlio de La  
590 Vega Alvarez; País: Espanha; Chamante: Bruno de Castro Menezes Costa; UF: SP; Tipo de Visto:  
591 Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido,  
592 acompanhando o voto do relator. **12)** Relator: **MJ**; Processo: **46010.000095/2014-57**; Nome do  
593 estrangeiro: Abraham Admari; País: Tanzânia; Chamante: Defensoria Pública da União; UF: SP; Tipo  
594 de Visto: Permanente; Decisão: O Processo não foi relatado. **13)** Relator: **MJ**; Processo:  
595 **46094.026585/2013-10**; Nome do estrangeiro: Arafam Seidi; País: Portugal; Chamante: Defensoria  
596 Pública da União em São Paulo; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Processo não foi  
597 relatado. **14)** Relator: **MJ**; Processo: **46010.000046/2014-14**; Nome do estrangeiro: Fábio Miguel  
598 Cardoso Teixeira da Silva Pereira; País: Portugal; Chamante: Defensoria Pública da União; UF: SP;  
599 Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Processo não foi relatado. **15)** Relator: **MJ**; Processo:  
600 **46094.019036/2013-99**; Nome do estrangeiro: Alejandro Rodriguez Balderrama – Outros; País:  
601 Bolívia; Chamante: Defensoria Pública da União; UF: SP; Tipo de Visto: Permanência Definitiva;  
602 Decisão: O Processo não foi relatado. **16)** Relator: **MJ**; Processo: **46094.030033/2013-14**; Nome do  
603 estrangeiro: Cecílio Manuel Herrera Jimenez; País: Espanha; Chamante: Defensoria Pública da  
604 União em São Paulo; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Processo não foi relatado. **17)**  
605 Relator: **MJ**; Processo: **46094.029501/2013-08**; Nome do estrangeiro: Augusta Chebel dos Sourí;  
606 País: Líbano; Chamante: Defensoria Pública da União; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente;  
607 Decisão: O Processo não foi relatado. **18)** Relator: **MJ**; Processo: **46094.037431/2013-53**; Nome do  
608 estrangeiro: Jacek Klimasek; País: Nigéria; Chamante: Defensoria Pública da União; UF: SP; Tipo  
609 de Visto: Permanente; Decisão: O Processo não foi relatado. **19)** Relator: **MJ**; Processo:  
610 **46094.037430/2013-17**; Nome do estrangeiro: Ibikunle Olatunji Osewa; País: Nigéria; Chamante:  
611 Defensoria Pública da União; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Processo não foi  
612 relatado. **20)** Relator: **MJ**; Processo: **46094.000719/2013-53**; Nome do estrangeiro: Juma Juma  
613 Mtumbuka; País: República da África do Sul; Chamante: Defensoria Pública da União; UF: SP;  
614 Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Processo não foi relatado. **21)** Relator: **MJ**; Processo:  
615 **46094.031968/2013-18**; Nome do estrangeiro: Terry Dawn Strachan; País: República da África do  
616 Sul; Chamante: Defensoria Pública da União; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O

617 Processo não foi relatado. **22)** Relator: **MJ**; Processo: **46010.000047/2014-69**; Nome do  
618 estrangeiro: Juma Juma Mtumbuka; País: República da África do Sul; Chamante: Defensoria  
619 Pública da União; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Processo não foi relatado. **23)**  
620 Relator: **MJ**; Processo: **46094.020793/2013-13**; Nome do estrangeiro: Francisco Gastão Mendes;  
621 País: Guiné Bissau; Chamante: Defensoria Pública da União em São Paulo; UF: SP; Tipo de Visto:  
622 Permanente; Decisão: O Processo não foi relatado. **24)** Relator: **MJ**; Processo: **46094.035847/2013-**  
623 **37**; Nome do estrangeiro: Pedro Cantarero Lopez; País: Espanha; Chamante: Defensoria Pública da  
624 União: SP; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O Processo não foi relatado. **25)**  
625 Relator: **MJ**; Processo: **46094.041434/2012-19**; Nome do estrangeiro: Edwin Guarachi Condori;  
626 País: Outros; Chamante: Defensoria Pública da União em São Paulo; UF: SP; Tipo de Visto:  
627 Permanente; Decisão: O Processo não foi relatado. **26)** Relator: **MJ**; Processo: **46094.026584/2013-**  
628 **75**; Nome do estrangeiro: Jean Pierre Lamy Kidiaka; País: República Democrática do Congo;  
629 Chamante: Defensoria Pública da União; UF: SP; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão:  
630 O Processo não foi relatado. **27)** Relator: **MJ**; Processo: **46094.035830/2013-80**; Nome do  
631 estrangeiro: Agnieszka Joanna Laba; País: Polônia; Chamante: Defensoria Pública da União; UF:  
632 SP; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O Processo não foi relatado. **28)** Relator: **MJ**;  
633 Processo: **46094.009837/2013-46**; Nome do estrangeiro: Edwin Guarachi Condori; País: Outros;  
634 Chamante: Defensoria Pública da União em São Paulo; UF: SP; Tipo de Visto: Permanência  
635 Definitiva; Decisão: O Processo não foi relatado. **29)** Relator: **MJ**; Processo: **08460.013507/2012-**  
636 **60**; Nome do estrangeiro: Patrick Nzomba Ngiayi; País: Congo; Chamante: Patrick Nzomba Ngiayi;  
637 UF: RJ; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O Processo não foi relatado. **30)** Relator:  
638 **MJ**; Processo: **46010.001498/2013-32**; Nome do estrangeiro: Ike Chukwu Arinze Enyi; País: Não  
639 Informado; Chamante: Defensoria Pública da União em São Paulo; UF: SP; Tipo de Visto:  
640 Permanente; Decisão: O Processo não foi relatado. **31)** Relator: **MJ**; Processo: **46094.004206/2013-**  
641 **31**; Nome do estrangeiro: Elga Manque Co; País: Guiné Bissau; Chamante: Comitê para os  
642 Refugiados - CONARE; UF: DF; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O Plenário  
643 decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do relator. **32)**  
644 Relator: **MJ**; Processo: **46010.000097/2014-46**; Nome do estrangeiro: Theodora Kyridou; País:  
645 Grécia; Chamante: Defensoria Pública da União; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O  
646 Processo não foi relatado. **33)** Relator: **MJ**; Processo: **46010.001838/2013-25**; Nome do  
647 estrangeiro: Madalena Fátima Dunga; País: Angola; Chamante: Defensoria Pública da União; UF:

648 SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Processo não foi relatado. **34)** Relator: **MJ**; Processo:  
649 **46094.029119/2013-96**; Nome do estrangeiro: Joseph Tolulope Ogunjimi; País: Nigéria; Chamante:  
650 Defensoria Pública da União em São Paulo; UF: SP; Tipo de Visto: Permanência Definitiva;  
651 Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto  
652 do relator. **35)** Relator: **MJ**; Processo: **46094.035199/2013-19**; Nome do estrangeiro: Jean Pierre  
653 Lamy Kidiaka; País: República Democrática do Congo; Chamante: Defensoria Pública da União;  
654 UF: SP; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O Processo foi retirado de pauta. **36)**  
655 Relator: **MJ**; Processo: **46094.045201/2012-87**; Nome do estrangeiro: Natasha Adelaide Cockrell;  
656 País: República da África do Sul; Chamante: Defensoria Pública da União em São Paulo; UF: SP;  
657 Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Processo foi retirado de pauta. **37)** Relator: **MJ**; Processo:  
658 **46094.035200/2013-13**; Nome do estrangeiro: Agnieszka Joanna Laba; País: Polônia; Chamante:  
659 Defensoria Pública da União; UF: SP; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O Processo  
660 não foi relatado. **38)** Relator: **MJ**; Processo: **46094.035551/2012-35**; Nome do estrangeiro: Maria  
661 Magdalena Smith; País: República da África do Sul; Chamante: Defensoria Pública da União; UF:  
662 SP; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O Processo não foi relatado. **39)** Relator: **MJ**;  
663 Processo: **46094.009478/2013-27**; Nome do estrangeiro: Raul Flores Aruquipa; País: Bolívia;  
664 Chamante: Defensoria Pública da União em São Paulo; UF: SP; Tipo de Visto: Permanência  
665 Definitiva; Decisão: O Processo não foi relatado. **40)** Relator: **MJ**; Processo: **46010.003526/2013-**  
666 **56**; Nome do estrangeiro: Alexandre Uzochukwo; País: Nigéria; Chamante: Defensoria Pública da  
667 União; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Processo não foi relatado. **41)** Relator: **MJ**;  
668 Processo: **46094.030095/2013-18**; Nome do estrangeiro: Ike Chukwu Arinze Enyi; País: Nigéria;  
669 Chamante: Defensoria Pública da União; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Processo  
670 não foi relatado. **42)** Relator: **MJ**; Processo: **46094.020492/2013-81**; Nome do estrangeiro:  
671 Maneewan Chaiwan - Outros; País: Tailândia; Chamante: Defensoria Pública da União em São  
672 Paulo; UF: SP; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O Processo não foi relatado. **43)**  
673 Relator: **MJ**; Processo: **46094.013367/2013-15**; Nome do estrangeiro: Henrique Oscar Queso Salas  
674 - Outros; País: Bolívia; Chamante: Defensoria Pública da União; UF: SP; Tipo de Visto:  
675 Permanência Definitiva; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do  
676 pedido, acompanhando o voto do relator. **44)** Relator: **MRE**; Processo: **46094.038197/2013-81**;  
677 Nome do estrangeiro: Jonathan Gall; País: EUA; Chamante: Norman Gall; UF: SP; Tipo de Visto:  
678 Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido,

679 acompanhando o voto do relator. **45)** Relator: **MRE**; Processo: **46094.001709/2014-35**; Nome do  
680 estrangeiro: Michael Kapps; País: Canadá; Chamante: TNH Digital Health LTDA-ME; UF: SC;  
681 Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo INDEFERIMENTO do  
682 pedido, acompanhando o voto do relator. **46)** Relator: **MRE**; Processo: **46094.032455/2013-16**;  
683 Nome do estrangeiro: Nuno Manuel de Santos Remísio; País: Portugal; Chamante: Nuno Manuel de  
684 Santos Remísio; UF: SC; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão O Processo foi  
685 sobrestado para cumprimento de Exigência. **47)** Relator: **MRE**; Processo: **46094.035057/2013-51**;  
686 Nome do estrangeiro: Isabel Mendonza Almeida; País: Paraguai; Chamante: Defensoria Pública da  
687 União; UF: SP; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso,  
688 pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **48)** Relator: **MDIC**; Processo:  
689 **46094.037715/2013-40**; Nome do estrangeiro: Jeongsuk Song - Outros; País: Coréia do Sul;  
690 Chamante: Chi Hye Kim; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por  
691 consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **49)** Relator: **MDIC**;  
692 Processo: **08260.008742/2011-95**; Nome do estrangeiro: José Carlos Huapaya Espinoza; País: Peru;  
693 Chamante: Leandro Mas acho Peixoto Santos; UF: BA; Tipo de Visto: Permanência Definitiva;  
694 Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto  
695 do Relator. **50)** Relator: **MDIC**; Processo: **46094.000314/2014-15**; Nome do estrangeiro: Hassam  
696 Abboud; País: Síria; Chamante: Hassam Abboud; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O  
697 Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator.  
698 **51)** Relator: **MCT**; Processo: **46094.000550/2014-31**; Nome do estrangeiro: Manuela Gabriela  
699 Gonzáles Garces; País: Equador; Chamante: Manuela Gonzales Garces; UF: DF; Tipo de Visto:  
700 Temporário; Decisão: O Processo foi sobrestado para cumprimento de exigência. **52)** Relator:  
701 **MCT**; Processo: **46215.000507/2014-52**; Nome do estrangeiro: Amalia Luz Costa Pereira; País:  
702 Venezuela; Chamante: Fábio de Souza Dias; UF: BA; Tipo de Visto: Permanência Definitiva;  
703 Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto  
704 do Relator. **53)** Relator: **MCT**; Processo: **46215.031390/2013-78**; Nome do estrangeiro: Axel  
705 Lahaye; País: França; Chamante: Axel Lahaye; UF: RJ; Tipo de Visto: Permanência Definitiva;  
706 Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto  
707 do Relator. **54)** Relator: **MTUR**; Processo: **46094.038360/2013-14**; Nome do estrangeiro: Dejan  
708 Petkovic; País: Sérvia; Chamante: Dejan Petkovic; UF: RJ; Tipo de Visto: Permanência Definitiva;  
709 Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto

710 do Relator. **55)** Relator: **MTUR**; Processo: **08506.008761/2012-72**; Nome do estrangeiro: Jackeline  
711 Monsalve Lara; País: Colômbia; Chamante: Luís Sérgio de Noronha Mota; UF: SP; Tipo de Visto:  
712 Permanência Definitiva; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do  
713 pedido, acompanhando o voto do Relator. **56)** Relator: **MTUR**; Processo: **46094.038201/2013-10**;  
714 Nome do estrangeiro: Cristiano Rafael Barrigola Carvalho; País: Portugal; Chamante: Antônio  
715 Manuel Tomaz da Silva Carvalho; UF: GO; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Plenário  
716 decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **57)**  
717 Relator: **CTB**; Processo: **46094.001430/2014-51**; Nome do estrangeiro: Leila Ibrahim El Orra; País:  
718 Líbano; Chamante: Mohamed El Kadri; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Plenário  
719 decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **58)**  
720 Relator: **CTB**; Processo: **08701.010916/2012-24**; Nome do estrangeiro: Vitor Manuel do  
721 Nascimento Robalo; País: Portugal; Chamante: Ione Peres Dorneles; UF: MG; Tipo de Visto:  
722 Permanência Definitiva; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do  
723 pedido, acompanhando o voto do Relator. **59)** Relator: **CTB**; Processo: **46094.001685/2014-14**;  
724 Nome do estrangeiro: Darlene Brown; País: EUA; Chamante: Juergen Karl Mueller; UF: SC; Tipo  
725 de Visto: Temporário; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido,  
726 acompanhando o voto do Relator. **60)** Relator: **CUT**; Processo: **46094.027420/2013-65**; Nome do  
727 estrangeiro: Koen Lissens; País: Bélgica; Chamante: Joana Darc Soares Duarte; UF: DF; Tipo de  
728 Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O Processo foi retirado de pauta. **61)** Relator: **CUT**;  
729 Processo: **46880.000073/2014-48**; Nome do estrangeiro: José Angel Brito Izquierdo e Dependente  
730 (s); País: Cuba; Chamante: Madelin Pena Chirino; UF: RS; Tipo de Visto: Temporário; Decisão: O  
731 processo foi retirado de pauta. **62)** Relator: **CUT**; Processo: **46094.000697/2014-21**; Nome do  
732 estrangeiro: Fernando Muñoz Cifuentes; País: Espanha; Chamante: Laura Guimarães do Rego  
733 Macedo; UF: RJ; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O processo foi retirado de pauta. **63)**  
734 Relator: **FS**; Processo: **46094.036962/2013-29**; Nome do estrangeiro: Jorge Martinez Gonzalez e  
735 Dependente (s); País: Espanha; Chamante: Eurorent Representação Comercia e Locação de  
736 Máquinas e Equipamentos LTDA; UF: BA; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Plenário  
737 decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **64)**  
738 Relator: **FS**; Processo: **46094.021575/2013-98**; Nome do estrangeiro: Motasem Saed Saed  
739 Darnasser; País: Palestina; Chamante: Said Saed Said Darnasser; UF: DF; Tipo de Visto:  
740 Permanência Definitiva; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do

741 pedido, acompanhando o voto do Relator. **65)** Relator: **FS**; Processo: **46094.034550/2013-54**; Nome  
742 do estrangeiro: Francisco Filipe Matos Abreu; País: Portugal; Chamante: Francisco Filipe Matos  
743 Abreu; UF: DF; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso,  
744 pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **66)** Relator: **FS**; Processo:  
745 **46094.030739/2013-78**; Nome do estrangeiro: Giovanni Tammaro; País: Itália; Chamante:  
746 Ferdinando Lama; UF: AL; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso,  
747 pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **67)** Relator: **FS**; Processo:  
748 **46094.037024/2013-46**; Nome do estrangeiro: Francisco de Assis Gomes Fernandes e Dependente  
749 (s); País: Portugal; Chamante: EYP Brasil Construção LTDA; UF: RS; Tipo de Visto: Permanente;  
750 Decisão: O Processo foi sobrestado para cumprimento de exigência. **68)** Relator: **UGT**; Processo:  
751 **46094.036059/2013-68**; Nome do estrangeiro: Zhang Farong; País: China; Chamante: Yimin Rao;  
752 UF: DF; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo  
753 DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **69)** Relator: **UGT**; Processo:  
754 **46094.036181/2013-34**; Nome do estrangeiro: Luís Gañete Nuñez; País: Espanha; Chamante: EYP  
755 Brasil Construção LTDA; UF: DF; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por  
756 consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **70)** Relator: **UGT**;  
757 Processo: **08286.001208/2012-41**; Nome do estrangeiro: Irene Vaz Cardoso; País: Portugal;  
758 Chamante: Luciano Manuel Ferreira dos Anjos; UF: ES; Tipo de Visto: Permanência Definitiva;  
759 Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto  
760 do Relator. **71)** Relator: **CGTB**; Processo: **46880.000332/2013-50**; Nome do estrangeiro: Yann  
761 Moisan; País: França; Chamante: Mirtes Aline Aragon Almanza; UF: RS; Tipo de Visto:  
762 Permanência Definitiva; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do  
763 pedido, acompanhando o voto do Relator. **72)** Relator: **CGTB**; Processo: **46094.023944/2013-87**;  
764 Nome do estrangeiro: Hermínio Fernandes Tavares - Outros; País: Portugal; Chamante: Hermínio  
765 Fernandes Tavares; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso,  
766 pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **73)** Relator: **CGTB**; Processo:  
767 **46094.031359/2013-51**; Nome do estrangeiro: Kristyna Sedlávková; País: República Tcheca;  
768 Chamante: Rio de Janeiro Escola de Yoga LTDA - ME; UF: RJ; Tipo de Visto: Permanente;  
769 Decisão: O processo foi sobrestado para cumprimento de exigência. **74)** Relator: **CGTB**; Processo:  
770 **46094.029542/2013-96**; Nome do estrangeiro: William Budis; País: Inglaterra; Chamante: Elizabeth  
771 Kimball Albuquerque Poor; UF: RJ; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por

772 consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **75)** Relator: **CNI**;  
773 Processo: **46094.030715/2013-19**; Nome do estrangeiro: Youre Pena Ferandandez; País: Cuba;  
774 Chamante: Ramon Fabian Alonso Lopez; UF: DF; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão:  
775 O Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do  
776 Relator. **76)** Relator: **CNI**; Processo: **46094.035067/2012-14**; Nome do estrangeiro: Carlos Alberto  
777 de Andrade Leitão e Dependente (s); País: Angola; Chamante: Celeste Maria Anntonio Sebastião  
778 Leitão; UF: MG; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O processo foi retirado de pauta.  
779 **77)** Relator: **CNI**; Processo: **46094.014728/2013-41**; Nome do estrangeiro: Sherida Joyce Zeedijk;  
780 País: Suriname; Chamante: Defensoria Pública da União no Amazonas; UF: AM; Tipo de Visto:  
781 Permanência Definitiva; Decisão: O processo foi retirado de pauta. **78)** Relator: **CNI**; Processo:  
782 **46094.033724/2013-61**; Nome do estrangeiro: Juan José Verdejo Cuenca; País: Espanha;  
783 Chamante: Ines Aurich; UF: GO; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por  
784 consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **79)** Relator: **CNC**;  
785 Processo: **46094.001715/2014-92**; Nome do estrangeiro: Lorenzo Claveri; País: Itália; Chamante:  
786 Helene Mallmann; UF: RS; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso,  
787 pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **80)** Relator: **CNC**; Processo:  
788 **46094.000470/2014-86**; Nome do estrangeiro: Friedrich Chritian Matthäus; País: Alemanha;  
789 Chamante: Fundação Konrad Adenauer Stiftung e V; UF: RJ; Tipo de Visto: Temporário; Decisão:  
790 O processo foi sobrestado para cumprimento de exigência. **81)** Relator: **CNA**; Processo:  
791 **08505.036349/2013-33**; Nome do estrangeiro: Li Benniang; País: China; Chamante: Li Benniang;  
792 UF: SP; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O processo foi retirado de pauta. **82)**  
793 Relator: **CNA**; Processo: **46094.027119/2013-51**; Nome do estrangeiro: Kiampilo Yakalawo; País:  
794 Angola; Chamante: Defensoria Pública em São Paulo; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente;  
795 Decisão: O processo foi retirado de pauta. **83)** Relator: **CNA**; Processo: **46094.028801/2013-61**;  
796 Nome do estrangeiro: Paulo Jorge da Silva Santos; País: Portugal; Chamante: Paulo Jorge da Silvva  
797 Santos; UF: GO; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O processo foi retirado de pauta. **84)** Relator:  
798 **CNT**; Processo: **46094.030659/2013-12**; Nome do estrangeiro: Jeong Hyo Um e Dependente (s);  
799 País: Coréia; Chamante: Jeong Hyo Um; UF: SP; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão:  
800 O Plenário decidiu, por consenso, pela Manutenção do INDEFERIMENTO do pedido,  
801 acompanhando o voto do Relator. **85)** Relator: **CNT** Processo: **08260.005495/2012-56**; Nome do  
802 estrangeiro: Marco Pireddu; País: Itália; Chamante: Karine Santana Machado; UF: SE; Tipo de

803 Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO  
804 do pedido, acompanhando o voto do Relator. **86) Relator: CNT** Processo: **46094.028973/2013-35**;  
805 Nome do estrangeiro: Jessica Sun Young Moon e Dependente (s); País: Coréia do Sul; Chamante:  
806 Jéssica Sun Young Moon; UF: SE; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O Plenário  
807 decidiu, por consenso, pela manutenção do INDEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto  
808 do Relator. **87) Relator: CNF** Processo: **46094.000396/2014-06**; Nome do estrangeiro: Kosi  
809 Theodora Umenylora-Ajuluokeke; País: Nigéria; Chamante: Kosi Theodora Umenylora-  
810 Ajuluokeke; UF: DF; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O Plenário decidiu, por  
811 consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **88) Relator: CNF**  
812 Processo: **46215.014578/2013-51**; Nome do estrangeiro: Maria Teresa Rodriguez Moro; País:  
813 Espanha; Chamante: Gabriel Vannier dos Santos Borges; UF: RJ; Tipo de Visto: Permanente;  
814 Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto  
815 do Relator. **89) Relator: CNF** Processo: **46094.035571/2013-97**; Nome do estrangeiro: Fatme  
816 Abdul Jalil Abdouni; País: Líbano; Chamante: Mohamad Abdul Jalil Abduni; UF: SP; Tipo de  
817 Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O processo foi sobrestado para cumprimento de exigência.  
818 **90) Relator: MJ** Processo: **46000.015483/2010-28**; Nome do estrangeiro: Sônia Elga Anapaz; País:  
819 Portugal; Chamante: Sônia Elga Anapaz; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Plenário  
820 decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. Os  
821 seguintes processos foram indeferidos *Ad Referendum* por descumprimento da Resolução  
822 Normativa e o indeferimento foi referendado pelo Plenário: 1) 46094.000527/2014-47;  
823 2) 46094.023557/2012-60; 3) 46094.038637/2013-09; 4) 46094.005267/2012-34;  
824 5) 46094.037305/2013-07; 6) 46215.033226/2012-14; 7) 46094.001984/2014-59;  
825 8) 46220.004921/2013-81; 9) 08708.001700/2012-16;10) 46094.002382/2014-19;  
826 11) 46215.018885/2012-40; 12) 46094.033550/2013-37;13) 08311.002271/2011-69;  
827 14) 08461.007297/2012-61; 15) 08212.009697/2012-42;16) 46094.022500/2012-43;  
828 17) 46217.007964/2012-96; 18) 46094.024312/2013-31;19) 46215.031744/2012-01;  
829 20) 08212.005726/2012-05; 21) 46215.030689/2013-13;22) 08256.002459/2012-08;  
830 23) 46215.010549/2013-11; 24) 08364.000119/2010-45;25) 46094.014418/2013-26;  
831 26) 46094.002271/2014-11; 27) 08460.017033/2012-25; 28) 46217.017033/2012-25;  
832 29) 46094.022095/2013-44; 30) 08460.011502/2011-11; 31) 46220.000663/2014-44;  
833 32) 08390.005338/2011-84; 33) 46215.020538/2012-68;34) 08461.008039/2011-11;

834 35) 08458.005616/2012-52; 36) 46094.014840/2012-09; 37) 46094.038359/2013-81;  
835 38) 46094.022295/2012-16; 39) 08260.003301/2010-16;40) 46094.029833/2013-84;  
836 41) 08351.002086/2013-60; 42) 46094.047608/2012-49;  
837 43) 46094.047439/2012-47; 44) 08260.003393/2012-04; 45) 08297.002167/2012-81;  
838 46) 46094.032101/2013-71; 47) 08354.007878/2013-09; 48) 08504.014532/2012-15;  
839 49) 46094.015434/2012-55; 50) 08711.004185/2012-69; 51) 08390.000169/2012-77;  
840 Processos a serem deferidos “*Ad-Referendum*” e o deferimento foi referendado pelo plenário:  
841 52) 46094.038485/2013-36; 53) 46215.026915/2013-53; 54) 46094.035301/2013-86;  
842 55) 46094.001661/2014-65; 56) 46215.029868/2013-08; 57) 46212.015464/2013-59;  
843 58) 46094.001341/2014-13; 59) 46094.036415/2013-43; 60) 08352.011343/2011-82;  
844 61) 46215.022645/2013-10; 62) 46094.002277/2014-80; 63) 47758.000005/2014-57;  
845 64) 08420.013077/2012-52; 65) 46094.001708/2014-91; 66) 46094.002239/2014-27;  
846 67) 46880.000009/2014-67; 68) 46094.002214/2014-68; 69) 46094.036150/2013-83;  
847 70) 46094.001958/2014-21. 71) 46094.000230/2013-83; 72) 46207.000660/2014-89;  
848 73) 08505.036167/2013-62; 74) 46094.038203/2013-09; 75) 47758.000177/2013-40;  
849 76) 46220.000179/2014-15; 77) 46094.036172/2013-43; 78) 46212.013310/2013-22;  
850 79) 46215.029702/2013-83; 80) 46094.001799/2014-64; 81) 46094.037704/2013-60;  
851 82) 46880.000507/2013-29; 83) 46094.000155/2014-59; 84) 46215.031218/2013-14;  
852 85) 46094.002156/2014-38; 86) 46094.001338/2014-91; 87) 46202.027837/2013-53;  
853 88) 46094.028796/2013-97; 89) 46094.001710/2014-60. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo  
854 para tratar a **Sra. Marjolaine Bernadete Julliarde Tavares do Canto**, agradece a presença e  
855 contribuição de todos e encerra a Terceira Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Imigração  
856 do dia oito de abril de dois mil e quatorze.